



**Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau**  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

Detalhe do Processo
<p>Número do Processo: 0711223-77.2023.8.07.0018 Classe Judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Órgão Julgador: 7ª Vara da Fazenda Pública do DF Órgão Julgador Colegiado: Data de distribuição: 28 de Setembro de 2023 Assunto: DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) - Responsabilidade do Fornecedor (6220) - Abatimento proporcional do preço (7769) DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) - Servidor Público Civil (10219) - Sistema Remuneratório e Benefícios (10288) - Gratificação de Incentivo (10290) DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) - Militar (10324) - Sistema Remuneratório e Benefícios (10337) - Assistência Médico-Hospitalar (10356)</p>

**Informações do processo**

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
LUCILENE BISPO DA PAZ	ADVOGADO
FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP	REQUERENTE
RENILSON SANTOS DE ROMA	REPRESENTANTE LEGAL
GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA	REPRESENTANTE LEGAL
ANDREA CRISTINA FREITAS CARDOSO	ADVOGADO

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
DISTRITO FEDERAL	REQUERIDO

Movimentação do Processo	
Data de atualização	Movimento
16/07/2024 10:32:58	Expedição de Outros documentos.
16/07/2024 10:32:57	Expedição de Certidão.
16/07/2024 04:35:47	Decorrido prazo de DISTRITO FEDERAL em 15/07/2024 23:59.

Data de atualização	Movimento
18/06/2024 22:19:55	Juntada de Petição de petição
24/05/2024 02:39:07	Publicado Sentença em 24/05/2024.
23/05/2024 02:59:21	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 23/05/2024
21/05/2024 15:43:37	Expedição de Outros documentos.
21/05/2024 14:23:51	Recebidos os autos
21/05/2024 14:23:51	Julgado improcedente o pedido
16/05/2024 17:55:11	Conclusos para julgamento para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
16/05/2024 17:53:33	Cancelada a movimentação processual
16/05/2024 17:53:32	Desentranhado o documento
16/05/2024 17:46:45	Recebidos os autos
16/05/2024 17:46:44	<del>Julgado improcedente o pedido</del>
02/05/2024 14:50:32	Conclusos para julgamento para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
02/05/2024 14:13:46	Juntada de Petição de petição
09/04/2024 17:47:57	Expedição de Outros documentos.
09/04/2024 16:39:01	Recebidos os autos
09/04/2024 16:39:00	Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência
05/04/2024 11:02:06	Conclusos para julgamento para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
05/04/2024 11:01:57	Expedição de Certidão.
05/04/2024 03:58:51	Decorrido prazo de DISTRITO FEDERAL em 04/04/2024 23:59.
21/03/2024 03:49:12	Decorrido prazo de FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP em 20/03/2024 23:59.
13/03/2024 02:41:30	Publicado Decisão em 13/03/2024.
12/03/2024 03:27:13	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 12/03/2024
08/03/2024 19:35:50	Expedição de Outros documentos.
08/03/2024 18:21:27	Recebidos os autos
08/03/2024 18:21:26	Decisão de Saneamento e de Organização do Processo
07/03/2024 10:03:19	Conclusos para decisão para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
06/03/2024 23:46:43	Juntada de Petição de petição

Data de atualização	Movimento
21/02/2024 02:23:44	Publicado Decisão em 21/02/2024.
20/02/2024 03:07:18	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 20/02/2024
16/02/2024 13:15:34	Expedição de Outros documentos.
15/02/2024 19:30:02	Recebidos os autos
15/02/2024 19:30:01	Deferido o pedido de FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP - CNPJ: 23.234.774/0001-82 (REQUERENTE).
15/02/2024 11:02:05	Conclusos para decisão para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
09/02/2024 23:01:13	Juntada de Petição de petição
08/02/2024 14:49:10	Juntada de Petição de petição
02/02/2024 02:33:39	Publicado Certidão em 02/02/2024.
01/02/2024 02:36:33	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 01/02/2024
26/01/2024 10:45:38	Expedição de Outros documentos.
26/01/2024 10:45:36	Expedição de Certidão.
25/01/2024 16:24:50	Juntada de Petição de réplica
01/12/2023 02:33:48	Publicado Certidão em 01/12/2023.
30/11/2023 02:49:55	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 30/11/2023
28/11/2023 16:50:06	Expedição de Certidão.
27/11/2023 12:07:06	Juntada de Petição de petição
04/11/2023 04:38:04	Decorrido prazo de FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP em 03/11/2023 23:59.
09/10/2023 02:29:44	Publicado Decisão em 09/10/2023.
06/10/2023 03:05:49	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 06/10/2023
04/10/2023 18:07:12	Expedição de Outros documentos.
04/10/2023 18:06:34	Expedição de Outros documentos.
04/10/2023 15:21:35	Recebidos os autos
04/10/2023 15:21:34	Não Concedida a Antecipação de tutela
04/10/2023 09:37:08	Conclusos para decisão para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
03/10/2023 19:16:24	Juntada de Petição de petição

Data de atualização	Movimento
03/10/2023 02:53:46	Publicado Decisão em 03/10/2023.
02/10/2023 02:56:43	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 02/10/2023
28/09/2023 19:53:49	Recebidos os autos
28/09/2023 19:53:48	Determinada a emenda à inicial
28/09/2023 19:10:36	Conclusos para decisão para Juiz(a) PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
28/09/2023 01:59:40	Distribuído por sorteio

**Visualizado/Impresso em:12/08/2024 16:15:19**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**7ª Vara da Fazenda Pública do DF**  
Fórum VERDE, -, 4º andar, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70620-020  
Telefone: ( )  
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

**Processo nº 0711223-77.2023.8.07.0018**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Polo ativo: FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP**

**Polo passivo: DISTRITO FEDERAL**

## SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação de conhecimento, com pedido de tutela de urgência, proposta pelo **FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP** em desfavor do **DISTRITO FEDERAL**, visando limitar a coparticipação dos dependentes no plano de assistência à saúde ao valor máximo de apenas uma remuneração ou provento do posto ou da graduação dos militares substituídos, considerada a despesa total anual, conforme disposto na alínea “d” § 4º do art. 33 da Lei 10.486/02.

De acordo com a inicial, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem efetuado descontos irregulares no contracheque dos substituídos, desobedecendo ao comando inserto na Portaria nº 25/2006, de modo a cobrar a integralidade das despesas de coparticipação dos dependentes pela utilização do plano de assistência à saúde.

Relata que a mesma situação teria ocorrido no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, em razão da Decisão nº 1831/2020-TCDF, que determinou a cobrança integral, ainda que em mais de um exercício financeiro, a qual foi anulada após a propositura da ação nº 0704836-17.2021.8.07.0018, que reconheceu a ilegalidade da cobrança integral, por força do disposto no § 4º do art. 33 da Lei nº 10.486/02.

Afirma que, a despeito dessa realidade, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal permanece cobrando a coparticipação em desacordo com a lei.

Tece arrazoado jurídico, cita dispositivos legais e colaciona jurisprudência em amparo à sua tese.

Ao final, pugnou pela procedência dos pedidos.

A inicial veio acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido (ID 174215122 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=174215122&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=174215122&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

Citado, o Distrito Federal apresentou contestação (ID 179538932 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=179538932&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=179538932&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1) suscitando preliminar de ilegitimidade ativa e coisa julgada em relação a Aroldo Sardinha e Silva. No mérito, requereu a improcedência dos pedidos,

O autor se manifestou em réplica, afastando as preliminares e reiterando os termos da inicial (ID 184684067 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=184684067&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=184684067&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

Em fase de especificação de provas, o Distrito Federal acostou documentos (ID 186200809 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=186200809&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=186200809&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

A autora se manifestou em contraditório (ID 189070624 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=189070624&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=189070624&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

As preliminares foram afastadas por ocasião do saneador (ID 189362874 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=189362874&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=189362874&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

O Distrito Federal se manifestou sobre os documentos acostados pelo autor (ID 195342429 ([https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=195342429&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1](https://pje.tjdft.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/popup/visualizarExpediente.sparamIdProcessoDocumento=195342429&paramIdProcessoDocumentoBin=0&idP1)

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório.

## **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

A presente ação foi regularmente processada, com observância do rito previsto em lei, não havendo nulidade ou irregularidade a ser sanada. Estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação.

A matéria ventilada nos autos versa essencialmente sobre os limites semânticos e a escorreita interpretação do art. 33, § 4º, alínea “d”, da Lei nº 10.486/2002, que estabeleceu a metodologia de desconto das contribuições pela prestação de assistência médico-hospitalar aos dependentes do militar. Colha-se a íntegra do dispositivo:

Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do caput do art. 28 desta Lei.

§ 1º A contribuição para a assistência médico-hospitalar, psicológica e social é de 2% a.m.(dois por cento ao mês) e incidirá sobre o soldo, quotas de soldo ou a quota-tronco da pensão militar.

§ 2º A contribuição de que trata o § 1º deste artigo poderá ser acrescida de até 100% (cem por cento) de seu valor, para cada dependente participante do Fundo de Saúde, conforme regulamentação do Comandante-Geral de cada Corporação.

**§ 3º As contribuições e indenizações previstas no caput deste artigo serão destinadas à constituição de um Fundo de Saúde, que será regulamentado pelo Comandante-Geral de cada Corporação.**

**§ 4º A indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos dependentes** de que trata o caput deste artigo, **não poderá ser superior**, conforme regulamentação do Comandante-Geral de cada Corporação:

- a) a 20% (vinte por cento) do valor da despesa para os dependentes do 1º grupo;
- b) a 40% (quarenta por cento) do valor da despesa para os dependentes do 2º grupo;
- c) a 60% (sessenta por cento) do valor da despesa para os dependentes do 3º grupo;



**d) ao valor máximo de apenas uma remuneração ou proventos do posto ou da graduação do militar, considerada a despesa total anual, para todas as situações deste parágrafo.**

De acordo com a interpretação do autor, o dispositivo não contempla a cobrança de valores que excedam uma remuneração ou provento do posto ou graduação do militar, considerada a despesa total anual, em exercícios subsequentes. Assim, tomando como exemplo as pessoas integrantes do 1º grupo, se o gasto com despesas de saúde do dependente totalizasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dentro do mesmo exercício, a coparticipação seria de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo o limite máximo de coparticipação o valor correspondente a uma remuneração ou provento do posto ou graduação do militar. Após os descontos efetuados no período de um ano, a dívida estaria quitada.

A interpretação, no entanto, é inadequada. Consoante se infere do dispositivo acima transcrito, o pagamento das despesas decorrentes do tratamento médico-hospitalar prestado aos dependentes do militar está sujeito a um limite máximo, correspondente a uma remuneração ou provento do posto ou graduação, considerada a despesa total anual, isto é, a despesa até então existente, e não àquela contraída no respectivo ano. Isso quer dizer que, no período de um ano, as despesas de coparticipação dos dependentes não poderão exceder o valor relativo à remuneração ou provento mensal do militar. Havendo valores remanescentes não pagos em razão da limitação imposta, estes deverão ser descontados nos anos subsequentes, observando os mesmos critérios, até a quitação do débito.

Ao que se extrai, o legislador instituiu limite máximo em relação à indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos dependentes sem desconsiderar a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico atuarial do Fundo de Saúde (art. 33, § 3º). Assim, dada a finalidade da norma de instituir e regular a organização de saúde da Corporação, afigura-se de todo ilógico conferir ao dispositivo interpretação que coloque em risco a própria higidez do Fundo de Saúde, situação que, longe de beneficiar os substituídos, os prejudicaria.

No caso, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal vem cobrando as indenizações para além do exercício financeiro desde o ano de 2010, ou seja, a aproximadamente 14 (quatorze) anos, não havendo como negar a essencialidade de tais valores para o adequado funcionamento do Fundo de Saúde.

De fato, acaso fosse a vontade do legislador conferir ao dispositivo a interpretação pretendida pelo requerente, teria ele limitado a coparticipação dos dependentes, de forma expressa, ao valor máximo de apenas uma remuneração ou provento do posto ou da graduação do militar para todas as situações das alíneas anteriores, ao invés de consignar a expressão “considerada a despesa total anual”. Ou ainda, teria substituído o termo “anual” por “não total”.

De todo modo, não há razão, lógica ou jurídica, para se admitir que o militar que deu causa a uma despesa de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) arque tão somente com o valor equivalente a sua remuneração, no período de um ano, assim como aquele, de mesma remuneração, que deu causa a uma despesa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), situação que, além de violar os princípios da igualdade e proporcionalidade, ensejaria o enriquecimento ilícito do primeiro beneficiário.

Sublinhe-se que o Corpo de Bombeiros Militar não promove a cobrança integral da coparticipação, mas proporcional, conforme percentuais previstos no art. 33, §4º da Lei 10.486/2002, respeitado o limite anual de uma remuneração ou provento.

A propósito do tema, precedente desde e. Tribunal de Justiça:

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA  
PÚBLICA. INDENIZAÇÃO DESPESAS  
MÉDICAS. LEI 10.486/2002. COBRANÇA  
DEVIDA. RESTITUIÇÃO DE VALORES.  
NÃO CONFIGURADA. RECURSO  
CONHECIDO E PROVIDO. 1. Acórdão  
lavrado de acordo com a disposição  
inserta nos artigos 2º e 46, da Lei 9.099, de

26.09.1995 e artigo 60, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno das Turmas Recursais. Presentes os pressupostos específicos, conheço do recurso. 2. Trata-se de recurso inominado interposto pelo Distrito Federal, ora recorrente, face da sentença que a julgou parcialmente procedente o pedido inicial para: "a) Declarar a quitação da obrigação do autor, em face do Distrito Federal, referente ao custeio das despesas médico-hospitalares do seu genitor, descritas na petição inicial; b) Condenar o réu a pagar a parte autora a importância de R\$ 7.851,20 (Sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), corrigidos monetariamente pelos índices do IPC-A, da data que foram descontados e acrescida de juros de mora pelo índice da Lei nº 9.494/1997 (com redação dada pela Lei nº 11.960/2009) ao mês, a partir da citação." 3. Esclarece que os valores das indenizações estão definidos na Lei de Remuneração da PMDF e CBMDF, Lei 10.486/2002, estabelecendo os grupos e os descontos a serem realizados durante o ano, sendo que não poderão ultrapassar a quantia relativa ao valor máximo de uma remuneração/proventos mensal do militar. Caso o valor da indenização a ser descontado naquele ano seja superior à remuneração/proventos mensal, os descontos continuarão no ano seguinte e assim, sucessivamente, até atingir o valor indenizatório. Informa que o recorrido possui 02 dependentes legais, os quais geraram despesas, sendo: Valor a indenizar: R\$ 525.817,57; - Valor restituído: R\$ 21.360,80; - Valor do saldo devedor: R\$ 504.456,77; O valor do genitor do recorrido é R\$ 524.982,30 - ID

62595520. Portanto, não há de falar em cobrança indevida e restituição de valores pagos. Requer a reforma da sentença. 4. O recorrido, em contrarrazões, afirma que o Juízo a quo deu correta interpretação a complexa sistemática normativa que rege o desconto à título de indenização ao Fundo de Saúde do CBMDF, fazendo cessar equivocada interpretação da legislação. Esclarece que o presente feito pleiteou a definição dos limites para a indenização a qual se obriga, o ora recorrido. O recorrente entende que deve ser indenizado o percentual de 40% do valor total da dívida gerada pelo dependente, sem considerar o limitador do Art. 33, §4º da Lei 10.486/2002 e Art. 14 do Decreto 26.876/2006. Requer a manutenção da sentença. 5. O recorrido é Bombeiro Militar e seu pai era seu dependente no Plano de Saúde do CBMDF. Por este motivo, o recorrido pagava o percentual de 4% incidente sobre o seu soldo, na forma do § 1º e 2º, do Art. 33 da Lei 10.486/2002. O genitor do recorrido, acometido de grave doença, utilizou o Plano de Saúde em Instituição de Saúde não pertencentes à Corporação, no período de Janeiro a Março/2018, gerando um gasto, homologado pelo Serviço de Saúde do CBMDF, no valor de R\$ 1.333.263,78 (Hum milhão, trezentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), como parte do CBMDF. O valor a ser indenizado pelo recorrido, R\$ 524.982,30 (Quinhentos e vinte e quatro reais mil, novecentos e oitenta dois reais e trinta centavos), ID 30867035, pág. 15/16. Período compreendido entre Dez/2017 a

Jan/2018. Sendo que o genitor do recorrido faleceu em 07/03/2018, ID 30867015. 6. O cerne da questão está em delimitar se deve ser descontado, a título de indenização o percentual total da obrigação do titular, no caso 40% (quarenta por cento) das despesas totais, R\$ 524.982,30 ou o valor máximo descontado de apenas uma remuneração anual. No ano de 2018 foi debitado no contracheque do recorrido o valor de R\$ 560,80 (abril a dez/2018, jan a nov/2019), totalizando R\$ 11.216,00, sendo que a remuneração do recorrido é R\$ 11.270,06 (referência 2018), dando por quitado o débito do titular junto ao Plano de Saúde e determinar a devolução dos descontos ocorridos no período compreendido entre dez/2019 a abr/2021, data do ajuizamento da ação, totalizando, R\$ 9.533,60. 7. O Art. 33, §4º, "b", da Lei 10.486/2002, preconiza: "Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do caput do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005). (...) § 4º A indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos dependentes de que trata o caput deste artigo não poderá ser superior, conforme regulamentação do Comandante-Geral de cada Corporação: (...) b) a 40% (quarenta por cento) do valor da despesa para os dependentes do 2º grupo (pais); (...) d) ao valor máximo de apenas uma remuneração ou proventos do posto ou da graduação do militar, considerada a

despesa total anual, para todas as situações deste parágrafo. 8. O recorrente afirma que em situação análoga, a PMDF, Decreto 31.646/2010 regulamentou o Art. 32 da Lei 10.486/2002, e o novo entendimento do TCDF, Decisão nº 1.831/2020. O pleito do recorrido foi indeferido no Processo SEI 00053-00033493/2019-11, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 098/2014. 9. A Lei de Remuneração da PMDF e do CBMDF, Lei nº 10.486/2002, estabelece grupos de dependentes e seus respectivos percentuais de desconto a serem realizados durante o ano, sendo que há um limite por ano, que não poderá ultrapassar a quantia relativa ao valor máximo de uma remuneração ou proventos mensal do militar. Os valores serão descontados, no valor máximo de uma remuneração ou proventos mensais, durante o ano, caso o valor a ser restituído ao Fundo seja superior, os descontos continuarão nos anos seguintes até a quitação do débito. 10. A Portaria nº 25/2006 que regulamenta o Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em seu Art. 5º replica os percentuais das indenizações, conforme Lei 10.486/2002 e o valor anual que poderá ser descontado de cada militar. 11. A letra "d", § 4º do Art. 33 da Lei 10.486/2002, visa a limitar os valores dos descontos na remuneração ou proventos do militar, ou seja, os descontos deverão obedecer aos limites de percentuais estabelecidos nas alíneas 'a', 'b' e 'c', porém, tais descontos não poderão ultrapassar o valor relativo à remuneração ou proventos, mensal, do militar no

período de 01 ano. Os valores remanescentes deverão ser descontados nos anos seguintes, obedecendo os mesmos critérios. 12. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Sentença reformada para julgar improcedentes os pedidos iniciais. 13. Custas, isenção legal. Sem condenação em honorários advocatícios em face da ausência de recorrente vencido, nos termos do Art. 55 da Lei 9.099/95. **(Acórdão 1407665, 07234074220218070016, Relator: ANTONIO FERNANDES DA LUZ, Primeira Turma Recursal, data de julgamento: 11/3/2022, publicado no DJE: 24/3/2022.)**

Por fim, com relação ao posicionamento firmado pela 5ª Turma Cível nos autos do processo 0704836-17.2021.8.07.0018, nota-se que ele se refere especificamente à Polícia Militar do Distrito Federal, não alcançando, portanto, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que já vinha cobrando as indenizações.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos veiculados na petição inicial.

Declaro resolvido o mérito da demanda, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas iniciais e dos honorários de advogado do Distrito Federal, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Havendo a interposição de Apelação, bem como de recurso adesivo, proceda a Secretaria do Juízo de acordo com as determinações do art. 1.010 e §§, do CPC, remetendo-se os autos ao eg. Tribunal com as cautelas de estilo.



Após o trânsito em julgado, nada requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

BRASÍLIA, DF, 21 de maio de 2024 13:02:20.

**PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA**

Juiz de Direito

F

Assinado eletronicamente por: PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA

21/05/2024 14:23:50

<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 197127474



240521142350655000001801

IMPRIMIR

GERAR PDF



Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
Cartório Judicial Único - 6ª a 8ª Vara de Fazenda Pública do DF  
7ª Vara da Fazenda Pública do DF  
Fórum Desembargador Joaquim de Sousa Neto, Térreo, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF  
CEP: 70620-000. Horário de atendimento: 12:00 às 19:00. Telefone: (61) 3103-4331 | Email: cju.faz6a8@tjdft.jus.br

Processo nº 0711223-77.2023.8.07.0018

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Polo ativo: FORUM NACIONAL PERMANENTE DE PRACAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DAS POLICIAS MILITARES DO BRASIL FONAP

Polo passivo: DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a parte **AUTORA** interpôs recurso de **APELAÇÃO** identificado pelo ID nº 200844324 (<https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAutosDigitais.seam#>).

Conforme Portaria nº 01/2019, deste 2º Cartório Judicial Único, fica a parte contrária intimada a juntar contrarrazões ao recurso de apelação, caso queira, no prazo legal.

BRASÍLIA, DF, 16 de julho de 2024 10:32:20.  
MARIANA CYNCYNATES GOMES

Servidor Geral

Assinado eletronicamente por: MARIANA CYNCYNATES GOMES

16/07/2024 10:32:57

<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 204239999



240716103256953000001865

IMPRIMIR

GERAR PDF